



**Gabriel Victor Silva
Paes**

Mestrando em Economia Política Internacional pelo PEPI-UFRJ; Assistente de Pesquisa voluntário no subgrupo de Biodefesa e Segurança Alimentar do LSC-EGN; membro do LABH-UFRJ. Integrante da rede Ensina Brasil e docente da educação pública básica no Estado do Maranhão

**A EXPANSÃO DA ECONOMIA-MUNDO EUROPEIA SOB O
PRISMA DO ALIMENTO: O CASO DA GUERRA DOS TRINTA
ANOS (1618-1648)**

**THE EXPANSION OF THE EUROPEAN WORLD-ECONOMY FROM
THE PRISM OF FOOD: THE CASE OF THE THIRTY YEARS' WAR
(1618-1648)**

RESUMO: A crise financeira de 2008, a pandemia da Covid-19 e a atual guerra na Ucrânia evidenciaram ainda mais a assimetria entre os membros do sistema interestatal moderno, sobretudo na temática da fome, face aos distúrbios provocados por tais calamidades em meio ao comércio internacional de alimentos e insumos agrícolas, marcado por latentes especializações produtivas e relações assimétricas de interdependência. Neste sentido, direcionamos uma investigação histórica à gênese deste sistema desigual de comércio, no que tange ao circuito de alimentos, a fim de compreendermos os mecanismos que pautam esta macroestrutura na longa duração. Nossa hipótese está centrada na compreensão de que as disputas entre as principais potências europeias, durante a fase de consolidação da economia-mundo capitalista, estavam atreladas a um contexto intercontinental no qual o alimento figurou como um dos elementos centrais em meio às posições de privilégio nesta estrutura. Ao longo da pesquisa, de caráter qualitativo-dedutiva, demonstramos que a disputa interestatal europeia engendrou uma economia-mundo, fortificada quando da cessação da Guerra dos Trinta Anos, na qual a fome e a bonança passaram a estar paulatinamente atreladas à dimensão político-social da relação entre humanidade e natureza, sob o prisma da inserção heterogênea na divisão do trabalho em escala global.

Palavras-chave: Economia-mundo; Alimento; Guerra dos Trinta Anos.

ABSTRACT: The financial crisis of 2008, the Covid-19 pandemic and the ongoing war in Ukraine (2022-) highlighted even more the asymmetry between the members of the modern interstate system, especially on the hunger issue, because of the disturbances caused by such calamities in the midst of the international trade in food and also agricultural inputs, marked by highly productive specializations and asymmetric interdependent relations. In this sense, we direct a historical investigation to the genesis of this unequal system of commerce, in reference to the food circuit, in order to comprehend the mechanisms that engender this structure on the long duration. Our hypothesis is centered in the comprehension that the dispute among the great European powers, during the consolidation phase of the capitalist world-economy, were linked to an intercontinental context with which food was one of its main elements in order to reach better positions within this structure. Throughout the research, using a qualitative-deductive methodology, we demonstrate that the European interstate dispute configured a world-economy, fortified by the end of the Thirty Years War, in which hunger and opulence were intimately linked to the political and social dimension of the relation between nature and humanity, by the perspective of the heterogeneous division of labor at a global scale.

Keywords: World-economy; Food; Thirty Years' War.



1 Introdução

No decorrer do chamado “longo século XVI”¹ estava sendo gestado em solo europeu o ainda embrionário sistema-mundo capitalista, marcado pela centralização político-burocrática na figura de Estados nacionais, coadunados por burguesias capazes de lhes garantirem os aportes necessários no âmbito do desenvolvimento contínuo de novos instrumentos administrativos, militares e financeiros, sendo estes abarcados por um sistema social que preconiza a acumulação incessante de capital. Em adição, o paulatino desenvolvimento deste sistema se entrelaça à expansão imperial e colonial das potências europeias, a fim de consolidarem importantes fluxos de matérias primas, terras produtivas, mão de obra e mercados consumidores monopolizados.

Aproximadamente cinco séculos após essa datação, o sistema originariamente europeu tornou-se mundial ao integrar porções expressivas dos territórios nacionais ao redor do globo, amplificando sobremaneira a escala da divisão do trabalho e suas especializações subjacentes. Não obstante, nos demanda atenção o fato de que atualmente mais de 155 milhões de pessoas estão enfrentando uma conjuntura de insegurança alimentar denominada como “crise”², ou pior (FOOD SECURITY INFORMATION NETWORK, 2021). Em adição, infere-se o fato de que os alimentos estão plenamente inseridos no circuito de comércio capitalista quando nos defrontamos com as disrupções globais na agricultura causadas pela Guerra na Ucrânia (FAO, 2022), assim como a constatação de que a insegurança alimentar cresceu no Brasil, a despeito de recordes de produção e exportação (REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2021). Por meio desta observância da contemporaneidade, nos objetivamos a compreender o período de gestação desta economia-mundo a fim de nos municiarmos de instrumentos analíticos de longa duração, no intuito de analisarmos criticamente a conjuntura atual e prospectar modelos de superação deste contexto. Por meio deste empreendimento científico, seguimos um caminho sinalizado por Scanlan (2012), este que desenvolve uma leitura introdutória sobre a relação entre a fome e o sistema-mundo contemporâneo, diferenciando-nos por meio da temporalidade distinta e observância de aspectos metodológicos de longa duração.

O sistema interestatal, advindo do núcleo de formação do sistema-mundo capitalista, tem se operacionalizado a partir de disputas intestinas quanto à posição de cada Estado no

¹Entre 1450-1650, aproximadamente.

²A classificação de insegurança alimentar do *Food Security Information Network* varia em uma escala de 1 a 5, estando a “crise” no patamar intermediário (3).

âmbito desta macroestrutura que conflui poder (político-militar) e riqueza (economia). Não obstante, esta relação simbiótica entre Estado e mercado já fora delineada por uma série de autores, possibilitando uma rica e ampla bibliografia para aqueles que pretendem estudar o tema³. Neste sentido, o presente texto inflexiona seu objeto de estudo para a temática do alimento em meio a tais confrontações intracapitalistas, a fim de compreender quais foram os resultantes dos confrontos europeus da primeira metade do século XVII, sob o prisma da fome. Esta datação se refere aos estágios terminais da chamada Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), cujo período imediatamente subsequente é tido como o nascedouro do Sistema Internacional (SI) Moderno, no âmbito da Paz de Vestfália.

Partimos da hipótese de que a garantia da oferta e acesso a alimentos, seja por meio da agricultura interna ou de importações, representou um dos principais pilares para a disputa hegemônica no âmbito da Guerra dos Trinta Anos, fazendo com que aqueles Estados que dispusessem de uma melhor posição (geográfica, política e econômica) na emergente economia-mundo capitalista, pudessem ascender neste sistema graças à escala da divisão do trabalho da própria produção de alimentos e insumos em escala global.

Por meio de tal problemática e hipótese de pesquisa, nos objetivamos a estudar a relevância do escopo alimentar em meio às disputas pela hegemonia do sistema-mundo capitalista, focalizando, neste artigo, a Guerra dos Trinta Anos. Não obstante, de maneira específica, preconizamos também por compreender as principais interconexões sistêmicas, no que diz respeito à inserção do alimento, por entre os circuitos globais de colonização e comércio; as políticas adotadas pelos Estados nacionais a fim de estabilizarem a oferta de bens de subsistência à população; e problematizar o papel da agricultura em meio às disputas geopolíticas centradas no continente europeu, mas com ressonâncias em diversas parte do globo, ao longo da fase de gradual consolidação do sistema capitalista.

Tendo em vista o que fora delineado anteriormente, o artigo prosseguirá da seguinte maneira: Em um primeiro momento, traremos uma releitura da ascensão da economia-mundo capitalista ao largo do “longo século XVI”, evidenciando a relação simbiótica entre poder e finanças, e como o alimento passou a figurar por entre os fluxos globais de comércio e dominação graças à exponencialização da escala da divisão do trabalho. Logo mais, problematizaremos a correlação de forças no continente e os aspectos conjunturais geopolíticos e sociais que resultaram na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Em seguida, faremos uma retomada da conjuntura recortada na seção anterior, cujo enfoque agora residirá na investigação

³Ver, por exemplo: Fiori (2014); Braudel (1984); Arrighi (2010) e Wallerstein (2011a).

do acesso a alimentos e recursos de subsistência por entre os principais competidores estatais nestes conflitos, evidenciando suas estratégias nacionais. Por último, traremos alguns pontos-chave elucidados ao longo da pesquisa, assim como uma breve conclusão sobre o tema.

Por meio desta construção narrativa, nos intencionamos a fluir a investigação, em uma metodologia qualitativa pautada em fontes secundárias, através da qual as seções promoverão uma compreensão cumulativa da problemática. A primeira seção será responsável por externalizar os mecanismos pelos quais estão pautados o circuito comercial da economia-mundo capitalista e a crescente especialização produtiva de alimentos em escala global. As segunda e terceira seções versarão diretamente sobre a Guerra dos Trinta Anos, tendo a segunda seção o objetivo de explicitar a conjuntura sociopolítica do continente europeu até os momentos últimos do conflito, enquanto a terceira trará o tema do alimento como central para a análise de ambas conjuntura e estrutura da consolidação da economia-mundo capitalista.

2 O moderno sistema-mundo: a ligação simbiótica entre financistas e governantes em perspectiva sistêmica

No âmbito da observação histórica da formação dos Estados nacionais e a conseguinte expansão comercial marítima europeia durante os séculos XV e XVI, o sociólogo Immanuel Wallerstein (2011a) afirma o nascimento de um novo sistema social, este que é marcado por uma crescente divisão do trabalho, configurando, assim, o núcleo do modo de produção capitalista que passaria então a espalhar-se por todo o planeta nas décadas e séculos seguintes (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1982). Não obstante, face ao objetivo da pesquisa, será dado um enfoque principal ao período de nascimento e consolidação deste sistema-mundo capitalista, a fim de compreendermos a estrutura político-econômica que fez eclodir a Guerra dos Trinta Anos na primeira metade do século XVII.

A leitura de Wallerstein (2011a) quanto às origens deste sistema acaba por se conectar umbilicalmente à gênese do sistema interestatal europeu durante os anos finais da Idade Média (esse que se consolidaria apenas em 1648) e os momentos iniciais da Renascença. A centralização política de Portugal, o fim da Guerra dos Cem Anos entre Inglaterra e França (1337-1453) e a união dos Reinos de Castela e Aragão foram respostas às pressões competitivas que se davam no seio do continente europeu, o qual era marcado por profunda fragmentação política e militar desde o declínio do Império Romano e a posterior tentativa de reconquista por parte dos Bizantinos e do fugaz Império Carolíngio. Neste contexto, a leitura de sistema-mundo observa a criação de Estados nacionais como sendo um mecanismo defensivo em favor das

elites financeiras e comerciais domésticas, permitindo-lhes gozar de posições privilegiadas junto aos poderes que detém o monopólio dos meios de violência e tributação⁴ (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1982).

A emergência de núcleos políticos centralizados no continente europeu fez aumentar a necessidade de investimento em novos maquinários e víveres para os exércitos – agora – nacionais e as instituições criadas para promover a administração burocrática dos poderes recém-instituídos. Em adição, dada a espacialidade diminuta, sobretudo quando comparada aos continentes africano e asiático, a expansão territorial de determinados Estados europeus acabava por resultar em conflitos junto aos outros núcleos de poder no entorno estratégico em questão (KENNEDY, 1988). Tal estrutura de competição geopolítica compelia monarcas e demais líderes a se associarem a banqueiros e comerciantes, a fim de assegurar o fluxo constante de capital para financiar suas ações, garantindo, em contrapartida, o monopólio de atividades rentáveis aos “capitalistas” (MCNEILL, 1982).

Giovani Arrighi (2010) absorve a perspectiva de Wallerstein (2011a) quanto ao sistema-mundo e focaliza a dimensão financeira deste arranjo, delineando aquilo que ele afirma se tratar de “ciclos de acumulação”. Segundo este autor, a simbiose entre política e finanças daria fruto a um grande investimento em fatores produtivos, que geraria riqueza em função do seu aspecto inovador e que, em consonância ao monopólio de determinada rota comercial, produziria altos níveis de lucratividade. Todavia, conforme o produto e os processos que o originam vão se espraiando pelo sistema, concorrentes acabam por emergir e diminuem drasticamente as taxas de lucro em função da maior competitividade. Como reação, os financistas direcionam seus aportes para o “capital dinheiro”, arrefecendo o ímpeto produtivo em favor de retornos rentistas de curto e médio prazos. Contudo, esta mudança de investimento permite que os fluxos de capital sejam direcionados a novos competidores do sistema que, em poucos anos, terão capacidade material de rivalizar, e posteriormente superar, a potência predecessora.

Segundo Wallerstein (1974), a grande fragmentação territorial, amalgamada pela interconexão do poder político e das finanças, impediu a formação de um império-mundo na Europa (*i.e.* uma grande unidade centralizadora que congrega diferentes culturas em seus domínios) e impulsionou a gestação de um modo de produção capitalista cujo preceito último

⁴Wallerstein comunga de visões similares às de Fernand Braudel (BRAUDEL, 1987) em diversos sentidos. Neste caso, o autor estadunidense apropria-se da perspectiva braudeliã quanto a uma tripartição do capitalismo, marcado pela (i) vida material (trocas e relações diárias, próximas às de subsistência); (ii) economia de mercado (pautadas pelo princípio da concorrência); e o (iii) capitalismo (marcado pela associação de financistas e grandes empresários junto ao poder político a fim de garantir o monopólio de determinados bens e rotas).

residia na lógica de acumulação incessante de capital. Não obstante, este sistema capitalista demandava por uma ampla divisão do trabalho, permitindo assim a especialização produtiva de certos bens em determinadas regiões a fim de dissolver os preços através do comércio internacional. Para tal, a utilização de mão de obra escrava, caso do continente americano, ou servil, em partes expressivas do leste europeu, serviam como instrumentos de manutenção desta configuração do trabalho e permitiram uma tripartição analítica entre as categorias de centro, periferia e semiperiferia.

Em contraponto ao impedimento da formação de um império-mundo, a leitura de Wallerstein (1974) afirma o nascimento de uma economia-mundo na Europa, esta que se caracteriza pela presença de dois ou mais sistemas político-culturais em uma mesma delimitação espacial (caso do continente europeu, inicialmente). É constitutivo de uma economia-mundo a participação de duas ou mais unidades políticas que, por mais distintas em termos étnicos e culturais que possam ser umas das outras, atuam dentro de uma relação de interdependência que é aglutinada comercialmente por uma força motriz específica. Na leitura do autor, esta força é o próprio modo de produção capitalista pautado na acumulação incessante de capital (WALLERSTEIN, 2004).

Outro fator importante de ser delineado, no que se refere à divisão do trabalho no nascimento do sistema capitalista, é a inserção de bens-salário nos principais fluxos do comércio, em oposição à uma ótica de luxo que imperava quando de interconexões comerciais em períodos predecessores (WALLERSTEIN, 2004; 2011b). Ao passo em que o continente americano proporcionava uma série de matérias-primas que seriam utilizadas nos processos produtivos do centro, o extremo sul da Itália, a costa do Mar Báltico e as porções orientais da Europa serviam como principais fontes baratas de alimento ao núcleo centro-boreal do continente, especialmente por conta da especialização produtiva de itens básicos, como o trigo (WALLERSTEIN, 2011a).

Neste sentido, Jason Moore (2003), ao visitar a obra seminal de Wallerstein (2011a [1974]), afirma que os períodos iniciais da expansão da economia-mundo capitalista trilharam quatro etapas a fim de reordenar a relação entre humanidade e natureza nas zonas recém-incorporadas ao circuito capitalista. Segundo Moore, as primeiras fases compreenderam a equalização e a expansão, marcadas pela estruturação de uma racionalidade produtiva singular e sua paulatina ampliação geográfica, respectivamente. Logo após, a conseguinte repartição entre zonas de centro e periferia, esta que seria aglutinada através da quarta fase que consiste em uma “transformação agroecológica” das zonas pertencentes ao circuito (MOORE, 2003, p.

311). A culminância dessas etapas se faz perceber por meio das especializações produtivas que se sucederam em regiões como o leste europeu, as ilhas caribenhas e o continente americano durante os séculos XVI e XVII.

Não por outra razão que Caio Prado Júnior (2011, p. 21-22) vai afirmar o “sentido da colonização” do Brasil como uma empreitada racionalizada pelos europeus a fim de se apropriarem dos recursos naturais presentes nos trópicos e capazes de sustentar uma produção primária ímpar, se comparada às potencialidades ecológicas e políticas presentes no continente europeu. A semântica utilizada é também sintomática desta reorientação produtiva das terras férteis presentes nos mais diversos ecossistemas do planeta, referindo enquanto “recursos naturais” toda uma pletora de matérias provenientes de reações biológicas, químicas e físicas que se constituíram ao longo dos paulatinos processos endógenos e exógenos do planeta Terra.

O barateamento da mão de obra, a partir da incorporação de novas zonas geográficas, atendendo a demandas dos respectivos poderes político e econômico deste sistema, assim como o aumento considerável das reservas metalistas oriundas da América e Europa Central, foram dois elementos-chave para que o capitalismo pudesse se consolidar, uma vez que permitia aos monarcas europeus uma maior capacidade de utilização do capital em tarefas ligadas à guerra no continente e ao comércio com as grandes potências econômicas do Leste Asiático (WALLERSTEIN, 2011a).

Em adição, ao passo em que a divisão entre centro e periferia se verticalizou cada vez mais, os imperativos geopolíticos ocasionaram uma transição gradual do centro da economia-mundo em direção ao noroeste europeu (HOPKINS, WALLERSTEIN 1982). As cidades-Estado italianas, sobretudo Gênova e Veneza, viram suas condições de virtual monopólio com a Ásia se diluírem consideravelmente entre os séculos XV e XVI, especialmente por conta da expansão otomana, que impediu a rota genovesa ao Mar Negro quando da conquista de Constantinopla (1453), assim como pela conquista otomana do Sultanato Mameluco do Egito (1516-1517), grande aliado dos venezianos no âmbito do comércio pelo Mar Vermelho (BRAUDEL, 1984). A formação de Estados, como França e o Império Habsburgo, e o conflito entre estes pelo domínio da Península também contribuíram para o declínio da proeminência dos italianos, lar dos principais investidores durante a gestação do sistema interestatal europeu⁵, face às capacidades de combate desproporcionais entre poderes territoriais (França e Império

⁵Grande parte da riqueza acumulada por bancários e comerciantes italianos durante a Renascença era uma causalidade direta de suas interconexões junto ao comércio exterior. Cidades-Estado como Veneza, Gênova e Florença dispunham – há pelo menos três séculos – de vastos privilégios comerciais em função de suas relações com potências Afro-Asiáticas, assim como pela utilização da força, majoritariamente naval.

Habsburgo), que contavam com grandes exércitos, território e população, e capitalistas (Gênova e Veneza), pautadas por uma diminuta territorialidade e direcionadas ao poder marítimo (KENNEDY, 1988). Acerca desta correlação entre territorialistas e capitalistas, Arrighi afirma que:

Líderes territorialistas tendem a aumentar seu poder expandindo o tamanho de seu contêiner [de poder]. Líderes capitalistas, em contraponto, tendem a aumentar seu poder acumulando riqueza dentro de um contêiner pequeno e aumentar o tamanho deste contêiner apenas se isto for justificado pelos requerimentos da acumulação de capital (ARRIGHI, 2010, p. 34, tradução nossa)⁶.

Todavia, o próprio Império Habsburgo, formado por um arranjo de alianças que gestaram um poder político com territórios não-contínuos, também enfrentava grandes desafios no âmbito de sua estratégia de expansão pela Europa, empenhando guerras constantes contra franceses e otomanos, assim como conflitos intestinos em determinadas regiões como o norte da Itália e a costa oriental da Península Ibérica (MCNEILL; MCNEILL, 2005). Esta conjuntura geopolítica fez com que os vastos recursos metálicos da coroa Habsburgo fossem majoritariamente drenados pelo esforço de guerra e também para a aquisição de matérias-primas, alimentos, capital humano e maquinário. Neste sentido, a conjuntura geopolítica e econômica permitiu que algumas regiões do norte da Europa se especializassem em processos produtivos de alto valor agregado e finanças (e.g. Inglaterra e Holanda), drenando, assim, parte do excedente de grandes potências territorialistas e também retomando e ampliando linhas de comércio e produção vitais no período da Liga Hanseática, confederação que detinha o monopólio comercial do Báltico e Mar do Norte entre os séculos XII e XIII (BRAUDEL, 1984).

3 A ascensão da Holanda protestante, a balança de poder e a superextensão imperial dos Habsburgo

Quando do Tratado de Cateau-Cambrésis (1559) e da Batalha de Lepanto (1571), as ameaças francesa e otomana ao Império Habsburgo cessaram momentaneamente. Neste quadro, disputas internas tornaram-se as principais ameaças ao poder Habsburgo, as quais emergiram no âmbito da Reforma Protestante (1517), movimento que traria revisões teológicas, mas sobretudo políticas, ao cristianismo latino que era adotado como instrumento de afirmação e coesão por parte dos Imperadores Carlos V e Felipe II, competindo inclusive com o próprio

⁶“Territorialist rulers tend to increase their power by expanding the size of their container [of power]. Capitalist rulers, in contrast, tend to increase their power by piling up wealth within a small container and increase the size of the container only if it is justified by the requirements of the accumulation of capital.”

Papa. O norte da Europa presenciou a instauração da religião Anglicana na Inglaterra, sob o comando do próprio monarca, e o espraiamento das perspectivas Luterana e Calvinista ao largo do Mar Báltico e que se estendiam até o centro da atual Alemanha (KENNEDY, 1988). A emergência das vertentes Protestantes do Cristianismo, em especial o Calvinismo com sua ótica de dignificação do trabalho e a não condenação do acúmulo de riqueza, atuaram enquanto modelo de afirmação para o sistema capitalista que emergia, e como *casus belli* a ser lançado pelos monarcas e demais líderes em contraponto aos Habsburgo (KISSINGER, 2012).

É neste cenário de contestação crescente que se instrumentaliza a Contrarreforma Católica, buscando arrefecer a expansão do credo Protestante pelo continente, movimento esse que vai servir como agenda interna e externa para o governo Habsburgo em sua estratégia expansionista e ativista. A década de 1580 fora de grandes movimentações aos poderes austro-espanhóis, por conta da União Ibérica junto a Portugal, a tentativa de supressão de levantes independentistas nas Províncias Unidas, que à época já se prolongavam por duas décadas, e a malfadada invasão à Inglaterra no âmbito da “Invencível” Armada (1588) (KENNEDY, 1988). Em poucos anos, os Habsburgo estavam em guerra por praticamente todo o *front* norte do Império, bem como necessitavam manter tropas estacionadas nas cercanias da França e do Império Otomano. Todavia, ao passo em que o custeio das guerras entre estes três Estados territoriais era majoritariamente garantido por meio do acúmulo de metais e a cobrança de impostos da população predominantemente campesina, o império – agora – íbero-austríaco combateu inimigos ao norte que se pautavam pela própria inserção estratégica na economia-mundo capitalista. Estes, por sua vez, desenvolveram imponentes marinhas mercantes e de guerra, assim como especializações financeiras e bancárias a fim de autofinanciar suas empreitadas políticas de defesa e expansão (KENNEDY, 1988). É relevante salientar o fato de que a forte centralização política promovida pela corte Habsburgo acabava por solapar a liberdade de ação de banqueiros e grandes financistas europeus, estando esses sujeitos aos ditames advindos da esfera política, fato este que se tornou explícito quando do não pagamento do empréstimo contraído pelos espanhóis e que levou à falência importantes banqueiros italianos do século XVI (ARRIGHI, 2010).

Apesar de uma expansão territorial inédita na Europa desde o Império Carolíngio de Carlos Magno, os Habsburgo eram incapazes de reorientar suas forças em torno de um único “alvo” estratégico em razão da multiplicidade de atores antagônicos internos e externos a Madri e Viena. Foi neste contexto que rivais como França, Inglaterra e Províncias Unidas puderam usufruir de relativa liberdade de ação para estabelecer relações de equilíbrio com outras

potências e unidades políticas, mas também de se desenvolverem em termos de organização político-militar (KENNEDY, 1988). Arrighi, analisando a temática da “balança de poder” na Europa, salienta a importância de manutenção de alianças com um baixo custo de operação a fim de progressivamente desgastarem as potências competidoras, sem que isso acarretasse em uma decomposição do seu próprio poder:

A balança de poder sempre foi integral ao desenvolvimento do capitalismo enquanto um modo de domínio. Em fato, a balança de poder pode ser interpretada como um mecanismo pelo qual os meios dos Estados capitalistas podem, de maneira conjunta ou separada, reduzir os custos de proteção tanto absolutamente quanto relativamente a seus competidores e rivais. Para que a balança de poder seja ou se torne tal mecanismo, contudo, os estados capitalistas devem estar na posição de manipular a balança para sua(s) vantagem ao invés de ser pego em um mecanismo no qual ninguém, ou então outro, controla. Se a balança de poder puder ser mantida somente por meio de custosas e repetidas guerras, então a participação em seu funcionamento sobrepuja o propósito do estado capitalista, uma vez que os custos pecuniários de tais guerras tenderão a exceder seus benefícios pecuniários, inevitavelmente. O segredo do sucesso capitalista é o de ter suas guerras lutadas por outros, idealmente sem custos e, se não, ao menos pelo menor custo possível (ARRIGHI, 2010, p. 34, tradução nossa).⁷

A França, principal competidora continental à hegemonia Habsburgo, apoiava-se na busca por parcerias dentro da Europa Continental a fim de contrapor as Coroas de Madri e Viena, não excluindo a possibilidade de formação de alianças com virtuais inimigos ideológicos para tal, especialmente no campo da religião, exemplificando a perspectiva de Arrighi (2010) citada previamente. Os ingleses, por sua vez, desfrutaram de sua posição insular para consolidar sua marinha – a qual adotava táticas de assédio aos Galeões espanhóis carregados de ouro e prata no Atlântico – e para avançar militarmente sobre territórios circundantes que viriam a constituir, no futuro, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, regiões de elevada produção de alimentos e matérias-primas basilares à indústria têxtil. As Províncias Unidas, teoricamente o desafiante mais fraco em termos territoriais, mostrou-se uma força pujante em razão de sua posição geográfica e coesão político-social: voltada para os mares do Norte e Báltico, puderam consolidar seu domínio sobre as importantes rotas de grãos e matérias-primas oriundas da Escandinávia e demais regiões litorâneas à leste (KENNEDY, 1988).

⁷Do original: “The balance of power was thus always integral to the development of capitalism as mode of rule. In fact, the balance of power can be interpreted as a mechanism by means of which capitalist states can, separately or jointly, reduce protection costs both absolutely and relative to their competitors and rivals. For the balance of power to be or become such a mechanism, however, the capitalist state(s) must be in a position to manipulate the balance to its (their) advantage instead of being cog(s) in a mechanism which no one or someone else controls. If the balance of power can be maintained only through repeated and costly wars, then participation in its working defeats the purpose of the capitalist state(s), because the pecuniary costs of such wars inevitably tend to exceed their pecuniary benefits. The secret of capitalist success is to have one’s wars fought by others, if feasible costlessly and, if not, at the least possible cost”.

Ao longo destas lutas a fonte primária da riqueza e poder Holandeses era *o controle sob o suprimento de grãos* e das infraestruturas navais vindas do Báltico. Estes suprimentos foram absolutamente essenciais à condução da guerra por terra e mar na Europa a partir da exaustão dos suprimentos competidores do Mediterrâneo na primeira metade do século dezesseis. Quanto mais os Holandeses sucediam em conter o poder Ibérico e trazer outros estados para o conflito, mais eles lucravam pelo controle com o comércio no Báltico (ARRIGHI, 2010, p. 135, tradução e grifo nossos).⁸

Não obstante, a constante pressão militar dos Habsburgo permitiu aos holandeses Protestantes a possibilidade de uma pequena, porém sólida, linha de defesa terrestre, ao passo em que incrementavam cada vez mais o seu poder naval e financeiro, tornando-os uma grande potência comercial e com possessões nos valiosos entrepostos do Leste Asiático (MCNEILL, 1982; 1991).

Quando do aumento das tensões sectárias entre Católicos e Protestantes na região da Bohemia, a conjuntura geopolítica e geoeconômica do sistema-mundo que vinha sendo desenhada nas décadas anteriores ganhou forma explícita no âmbito da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Face a composição política da Europa, majoritariamente repartida entre pequenas unidades na região central do continente, a ocorrência de um conflito marcado pelo desdobramento de grandes contingentes e que viria a se estender por três décadas só foi possível graças à participação direta e indireta dos principais competidores pela hegemonia do sistema-mundo capitalista (i.e. Habsburgos, França e Províncias Unidas). Ao passo em que este último já estava em guerra com Madri por décadas, a França (também católica) entrou na guerra em apoio aos Protestantes, inaugurando aquilo que seria posteriormente reconhecido como “razão de Estado” (VIEIRA, 2021; KENNEDY, 1988). A liderança francesa, na figura do Cardeal de Richelieu, via a política austríaca de reavivamento do Catolicismo sob sua liderança como uma ameaça existencial ao Estado francês, tendo em vista a possível consolidação do poder Habsburgo sobre o continente, circundando a França e eliminando seus possíveis aliados de conveniência. Henry Kissinger, ao enfatizar uma leitura de caráter personalista, afirma que:

Richelieu jamais ter-se-ia permitido perder a oportunidade que se apresentou a Fernando II [Arquiduque Austríaco] em 1629, décimo primeiro ano da guerra. Os príncipes protestantes estavam dispostos a aceitar a primazia política dos Habsburgo, se fossem livres para praticar a religião da sua escolha e reouvesssem as terras da Igreja tomadas durante a Reforma. Mas Fernando II não sujeitava sua vocação religiosa às necessidades políticas. [...] Foi a supremacia do fervor sobre a boa oportunidade, um

⁸Do original: “Throughout these struggles the primary source of Dutch wealth and power was control over supplies of grain and naval stores from the Baltic. These supplies had been made absolutely essential to the conduct of war by land and sea in Europe by the exhaustion of competing Mediterranean supplies in the first half of the sixteenth century. The more the Dutch succeeded in holding in check Iberian power and in drawing other states into the conflict, the more they profited from control over trade with the Baltic”.

caso clássico onde a fé suplantou os mecanismos do interesse pessoal. Com isso garantiu os combates até o desfecho (KISSINGER, 2012, p. 54-55).

Aliados Protestantes da França de Richelieu, Dinamarca e Suécia entraram na guerra contra as forças Católicas e impediram a conquista total do Sacro Império Romano por parte dos Habsburgo. Contudo, após a morte do Imperador sueco Gustavo Adolfo, a Coroa Habsburgo decidiu elevar a intensidade do conflito, aumentando o contingente da porção espanhola do Império em auxílio ao esforço de guerra dos austríacos. Tal força obrigou Richelieu a avançar suas tropas diretamente em batalha contra o inimigo, deixando de lado a sua política de combate indireto que vigorava até então. Quando da cessação das hostilidades em 1648, os Habsburgo estavam exauridos em termos políticos e de finanças, em conjunção a um contexto de maciças perdas humanas no continente, sobretudo na região de língua alemã (VIEIRA, 2021; PARKER, 2013). Não obstante, a formulação da Paz de Vestfália (1648) garantiu a liberdade de crença dos líderes e instituiu as bases que gestaram o sistema de ordenamento interestatal que passaria a vigorar, confirmando o retrocesso da iniciativa de domínio por parte do Império Habsburgo (KENNEDY, 1988).

Clarice Vieira (2021) vai enriquecer o debate acerca da centralidade da Paz de Vestfália para o ordenamento do SI moderno, afirmando a presença de uma racionalidade político-social que já se instrumentalizava no continente há ao menos um século antes do congresso, sobretudo no que se refere à efetivação de medidas paliativas e não punitivas, as quais proporcionavam uma paz efêmera, incapaz de reverter o mecanismo conflitivo que ditava a relação das potências no continente europeu. Todavia, a extensão das discussões presentes no término da Guerra dos Trinta Anos referentes à balança de poder e a centralidade do debate sobre autonomia político-religiosa evidenciam a confirmação da racionalidade que viria a engendrar o sistema nas décadas e séculos seguintes.

A conjuntura destrutiva e de virtual manutenção do *status quo* na Europa Central, logo após o fim da Guerra, instrumentalizou as condições necessárias para que Províncias Unidas e Inglaterra, essa mais adiante, pudessem emergir como as grandes potências da economia-mundo capitalista. Apesar de pouco afetados pela Guerra dos Trinta Anos, os ingleses redirecionaram seus esforços aos conflitos no entorno estratégico insular, mas também investiram na ampliação das suas manufaturas – estratégia esta que, alicerçada ao princípio de pirataria naval, garantiu um importante fluxo de capital ao Estado, consolidando as bases para a grande expansão do país nos séculos seguintes.

As Províncias Unidas, por sua vez, emergiram da Guerra dos Trinta Anos como a principal força capitalista do sistema à época. A pressão militar advinda dos constantes assaltos

Habsburgos ao seu flanco sul, por cerca de oito décadas, foi canalizada em prol de um esforço de guerra que transformou a indústria bélica do Estado em uma das mais proeminentes do mundo. Não obstante, sua grande *expertise* em construção naval e a aliança público-privada no âmbito da Companhia das Índias Orientais, e também Ocidentais, garantiu aos holandeses Protestantes o domínio incontestado dos mares e a exploração do comércio em localidades tão distintas como a atual Indonésia e o nordeste do Brasil (KWON, 2011). Em adição, observa-se a estratégia financeira de utilização de cartas de crédito como instrumento homogeneizante no pagamento e cobrança das atividades comerciais, assim como a política econômica de reexportação de bens, garantindo a alta lucratividade das operações e a ampliação dos mercados consumidores em virtude do monopólio (WALLERSTEIN, 2011b).

4 A Guerra dos Trinta Anos e a economia-mundo capitalista sob a perspectiva do alimento

A expansão marítima dos séculos XV e XVI proporcionou o encontro ecológico entre a grande massa da afro-eurásia, marcada pela interconexão civilizacional há pelo menos quatro milênios, e o continente americano que se mantinha relativamente isolado das demais regiões do globo. Grande parte da rápida conquista da Coroa Espanhola na América se deu pelo compartilhamento de vírus e germes, trazidos pelos espanhóis, os quais eram desconhecidos pelas populações americanas, resultando em baixa capacidade imunológica e alta mortalidade. Não obstante, cultivos exclusivos da América e da Europa foram trocados, permitindo assim o plantio de frutas e cereais, outrora espacialmente delimitadas, em diferentes porções do planeta (MCNEILL, 1991).

Dada a grande divisão do trabalho oriunda da expansiva economia-mundo capitalista, as novas colônias na América foram exploradas por conta de suas riquezas materiais, mas também em termos alimentares, sobretudo a produção da cana-de-açúcar. Todavia, a grande distância a ser percorrida pelos mares, assim como o clima majoritariamente tropical no Caribe e Nordeste brasileiro, impedia que alimentos como frutas e trigo, respectivamente, fossem levados em grande quantidade para a Europa. Neste sentido, e observando um grande acréscimo demográfico após a devastação causada pela Peste Negra, os monarcas e líderes da Europa ocidental tiveram de encontrar alternativas mais próximas para a importação de bens alimentares, sobretudo em Estados com *déficits* agrícolas (MOORE, 2010). Dentro deste contexto, a instauração de elites vinculadas às potências europeias garantia a manutenção dos fluxos desiguais de troca entre o território americano e as potências capitalistas, promovendo atividades produtivas e de extração que atendiam aos interesses dos países centrais e

subjugando sociedades inteiras à inúmeras mazelas, dentre elas a perda de heterogeneidade advinda do cultivo de diferentes alimentos, uma vez que seriam priorizadas as *commodities* (MOORE, 2003; 2010).

A gênese e expansão da economia-mundo capitalista na Europa, sendo sucedida pelas expansões imperiais e coloniais das potências, consolidaram uma perspectiva de mercantilização na produção de alimentos em outros continentes. A autossuficiência das sociedades passa a estar constantemente sob ameaça dos ditames comerciais e financeiros, tendo em vista as ações dos poderes invasores no intuito de homogeneizarem e redirecionarem esforços produtivos a itens que lhes fossem atrativos e consolidá-los por meio de monopólios. Neste sentido, cabe referendar esta problemática enquanto uma própria racionalidade deste sistema, por meio do qual a produção de insumos basilares está plenamente inserida na perspectiva de acumulação incessante de capital.

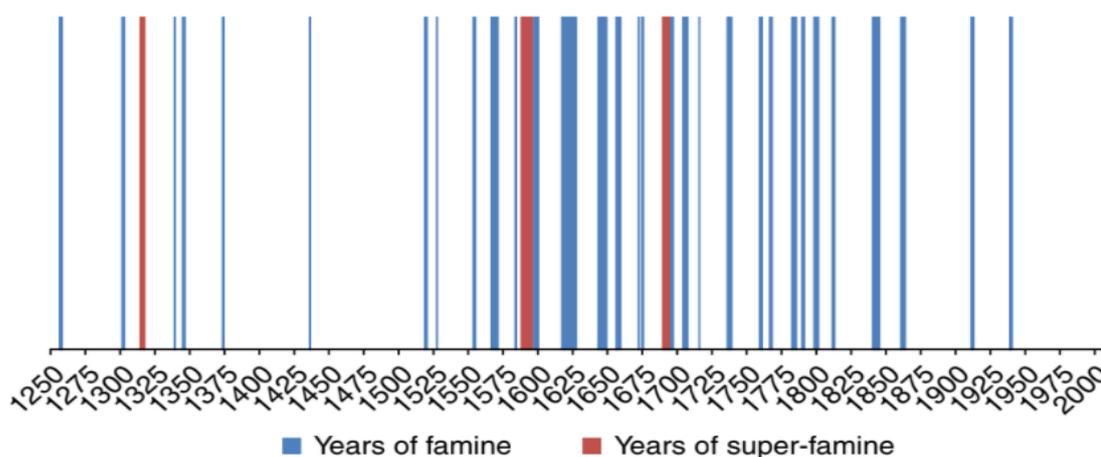
Face ao domínio otomano da região costeira da África do Norte, em especial do Egito, e a grande presença de piratas no Mediterrâneo, os campos férteis e subtropicais do Leste Europeu ganharam relativa importância no comércio de bens vitais, especialmente pelo Mar Báltico, em direção aos centros emergentes de acumulação de capital na costa europeia do Atlântico. Em adição, infere-se o fato de que a primeira metade do século XVI fora um período de relativa estabilidade climática e marcado por boas safras, sobretudo na região do Sacro Império Romano Germânico (ALFANI; GRÁDA, 2017). Os excedentes agrícolas exerceram importante papel econômico e financeiro aos Estados nacionais – e principados –, tendo em vista o fato de que diminuíram a necessidade de importação desses mesmos bens, assim como proporcionaram um aumento na capacidade de obtenção de capital por parte do campesinato, que seria posteriormente revertido ao Tesouro do país por meio dos mecanismos de taxaço. Parte desta bonança na produção agrícola se deu em razão da revitalização nutricional de boa parte dos solos europeus por conta do esvaziamento demográfico⁹ ocasionado pelas epidemias do século XIV, que diminuíram drasticamente os números de habitantes e, por consequência, a pressão sobre os meios naturais (MOORE, 2003; GRAZZIOTIN, 2019).

Todavia, apesar da garantia de preços mais baixos em função do emprego de mão de obra servil, ou escrava, nos grandes cultivos voltados ao comércio, as condições climáticas do final do século XVI e início do XVII dificultaram as colheitas no continente europeu e também no mundo. A diminuição da temperatura global à época, a pressão demográfica (em razão de

⁹A relação entre demografia e impactos ecológicos deve estar sempre atrelada à observância dos mecanismos de funcionamento do sistema social vigente, fundamentalmente heterogêneo no âmbito de uma sociedade de classes, a fim de evitarmos conclusões a-históricas e generalizantes.

um acréscimo exponencial na taxa de natalidade entre os séculos XV e XVI) e a crescente exploração intensiva dos “recursos naturais” engendrados pela economia-mundo capitalista formaram uma conjuntura que resultaria no desencadeamento de graves episódios de fome, sobretudo na Península Itálica inicialmente, palco constante de guerras desde o século XIV. O leste europeu e a Escandinávia, dois importantes polos de produção de alimentos neste sistema, também foram afetados pelas condições adversas do regime de chuvas e da temperatura global, contexto que fora intensificado em virtude das guerras constantes entre suecos, lituano-poloneses e russos no entorno oriental do Báltico (ALFANI; GRÁDA, 2017).

Figura 1 – Gráfico dos principais períodos de fome na Europa

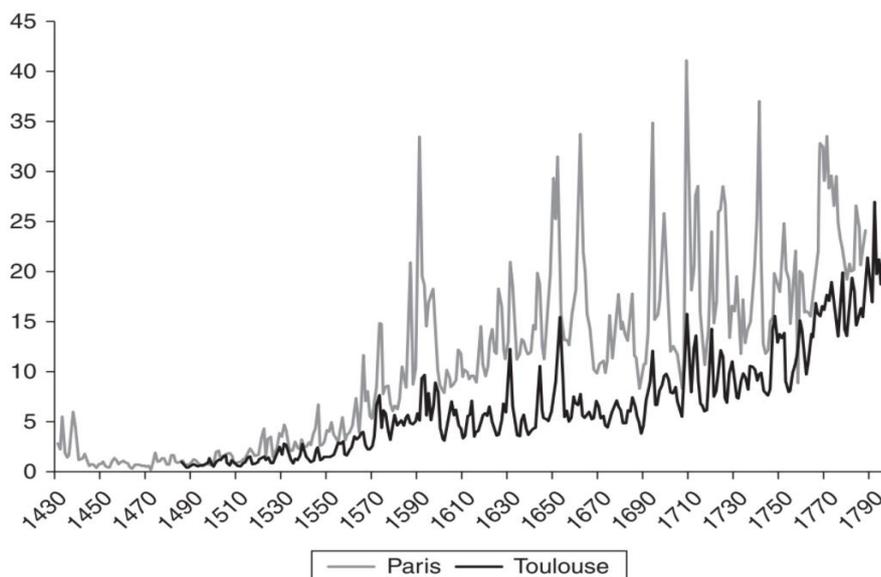


Fonte: Alfani; Gráda, 2018, p. 284.

Quando dos momentos iniciais da Guerra dos Trinta Anos, a porção europeia de maioria germânica já perpassava por graves crises alimentares desde o fim do século anterior, agravado pela poluição ambiental causada pelas minas de extração de prata, as quais liberaram agentes nocivos no ecossistema local, impactando na qualidade dos solos, água e ar nas regiões circundantes. O aumento do preço dos grãos e cereais foi um importante agente catalisador de revoltas internas na Europa, em função do acesso desigual aos alimentos por parte da população. Assim como os demais núcleos políticos, a Holanda protestante também presenciou dificuldades em garantir a segurança alimentar de seus cidadãos, observando aumentos da ordem de até 171% no preço do centeio, por exemplo (ALFANI; GRÁDA, 2017, p. 124). Contudo, sua condição de monopólio marítimo no norte europeu fez com que o acesso aos bens fosse mantido, apesar das variações da produção. Não obstante, seu poder naval permitiu que fossem incorporados territórios importantes e parcerias no âmbito da sua estratégia de ampliação comercial pelo globo, contexto que, alicerçado ao capital oriundo de suas políticas

econômicas e financeiras, manteve relativa estabilidade dentro do país (ALFANI; GRÁDA, 2017).

Figura 2 – A evolução dos preços de trigo entre Paris e Toulouse (1430-1790).



Fonte: Alfani; Gráda, 2017, p. 80

Conforme a Guerra dos Trinta Anos se desenrolava, a condição de fome aguda se agravava por praticamente toda a Europa. Neste contexto, as dificuldades meteorológicas foram acompanhadas das ações humanas para o desenho desta conjuntura de mazela. A marcha de amplos contingentes sob o campo, os saques e as sabotagens – e sobretudo os cercos às principais cidades da Europa Central – resultaram na fome aguda de milhares de pessoas, sendo normalmente acompanhada pela chegada de pestes, face ao distúrbio ecológico. Os altos preços dos alimentos, as baixas produções e as consequentes revoltas internas alinearam grande parte da riqueza das potências territorialistas, e que agora também viam seus territórios, especialmente o campo, como possíveis *locus* de batalha (ALFANI; GRÁDA, 2017).

Figura 3 – Variação decenal dos preços de grãos entre 1601 e 1670

	England	France	N. Italy	Germany	Denmark
1601-10	100	100	100	100	100
1611-20	112	92.1	97.4	108	96.9
1621-30	128	121	132	161	176
1631-40	132	152	87.5	192	129
1641-50	147	127	84.4	126	141
1651-60	125	122	58.2	102	120
1661-70	124	109	51.5	94	127

Fonte: Kamen, 1968, p. 61.

Não obstante, a própria disputa geopolítica e a razão de Estado responderam, também, a imperativos correlacionados à baixa produção de alimentos durante o período beligerante. Janken Myrdal (2007) lança mão da hipótese de que a entrada do Império Sueco no conflito se deu graças a uma confluência de fatores, entre eles a necessidade de acesso às terras aráveis no centro-norte da Alemanha face à pressão demográfica sobre os recursos no interior do Estado sueco. A entrada das forças de Gustavo Adolfo no conflito degradou ainda mais a região alemã do continente, direcionando boa parte dos escassos recursos disponíveis na localidade para o esforço de guerra escandinavo e, com isso, levando regiões inteiras à fome crônica.

Durante os períodos finais do conflito, a situação humanitária se mostrava estarrecedora, tendo a população do Sacro Império Romano Germânico como principal vítima, resultando em perdas demográficas da ordem de um terço, catalisadas sobremaneira pela fome e as epidemias (PARKER, 2013). Não obstante, o Império Habsburgo estava imerso em levantes internos, em boa parte relacionados a episódios de fome e, não tendo sido capaz de subjugar a ameaça representada pela França, confirmou a independência holandesa em um movimento que foi interpretado como o fim de sua tentativa de consolidação imperial sobre todo o continente (KENNEDY, 1988).

Figura 4 – Decréscimo populacional no Sacro Império Romano-Germânico durante a Guerra dos Trinta Anos



Fonte: Parker, 2013, p. 319.

Apesar da conjuntura de devastação e fome presenciada na Europa do início do século XVII, a manutenção e ampliação da economia-mundo capitalista traria episódios similares nas décadas e séculos por vir. O progressivo avanço tecnológico das cadeias de transporte e a divisão do trabalho em escala mundial permitiram o aumento da capacidade de interferência humana sobre os ecossistemas a uma ordem nunca vista na história – que seria ainda mais ampliada no pós-Revolução Industrial, capitaneada pela hegemonia britânica e a utilização maciça dos combustíveis fósseis.

5 Considerações Finais

O presente texto buscou associar o nascimento da economia-mundo capitalista como um paralelo à gestação do sistema interestatal, estes que confluíram na Guerra dos Trinta Anos enquanto evento ordenador do funcionamento destes dois sistemas simbióticos, assim como foi responsável por consolidar a primeira grande potência capitalista: a Holanda.

Evidenciando a formação dos primeiros Estados nacionais e como esses estabeleciam suas conexões junto aos banqueiros, especialmente do norte da Itália, pudemos compreender a racionalidade de conflito e balança de poder que imperava dentro de uma espacialidade relativamente diminuta, gerando, assim, pressões sistêmicas para o incremento das capacidades de mobilização militar e administração político-econômica.

Não obstante, enfatizamos como o alimento passou a figurar no âmbito da divisão do trabalho deste sistema e quais foram as resultantes quando da dificuldade de produção de excedentes agrícolas a partir da segunda metade do século XVI. A relação entre eventos naturais e de intervenção humana acabaram por consolidar uma conjuntura de adversidades na agricultura, e por consequência no comércio, que quando somada às rivalidades geopolíticas pré-existentes acabou por confirmar um período de intensa devastação e desigualdade na Europa. Em adição, o período de fome que se inicia por volta de 1575, em consonância ao contexto de guerra no norte italiano, vão atuar como fatores importantes para a relocação da hegemonia financeira genovesa em direção a Holanda protestante.

Ademais, cabe referendarmos o papel das disputas de poder no continente europeu enquanto força motriz para a expansão global de seus domínios, subjugando sociedades em outros continentes e fomentando grande impacto antrópico sob os ecossistemas planetários, a fim de abastecerem a economia-mundo capitalista centrada na Europa.

Agradecimentos: O autor gostaria de agradecer aos integrantes do subgrupo de Biodefesa e Segurança Alimentar do Laboratório de Simulações e Cenários da Escola de Guerra Naval (LSC-EGN), pelos frutíferos debates e trocas que muito nutriram este trabalho, em especial a líder Samira Scoton e o Pesquisador Sênior Daniel Pérez, que leram o texto na íntegra e expressaram suas impressões e apontamentos. Todos os possíveis erros e imperfeições são de responsabilidade integral do autor.

Referências

ALFANI, Guido; GRÁDA, Cormac Ó (eds.). *Famine in European History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

ALFANI, Guido; GRÁDA, Cormac Ó. *The Timing and Causes of Famines in Europe*. *Nature Sustainability*; v. 1, p. 283-288, 2018.

ARRIGHI, Giovanni. *The Long Twentieth Century: Money, Power and the Origins of Our Times*. London & New York: Verso, 2010.

BRAUDEL, Fernand. A Dinâmica do Capitalismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRAUDEL, Fernand. The Perspective of the World: Civilization and Capitalism 15th-18th Century. Vol III. London: Collins, 1984.

FAO. Impact of the Ukraine-Russia conflict on global food security and related matters under the mandate of the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Hundred and sixty-ninth Session, 8 abr. 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ni734en/ni734en.pdf>.

FIORI, José Luís. História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014

FOOD SECURITY INFORMATION NETWORK (FSIN). 2021 Global Report on Food Crisis: Joint Analysis for Better Decisions. 2021. Disponível em: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000127343/download/>.

GRAZZIOTIN, Henrique. O Processo Histórico de Formação do Sistema-mundo Capitalista e a sua Dinâmica: uma interpretação baseada em Braudel, Marx, Arrighi e Wallerstein. Economia Ensaios, v. 34, n. 1, p. 5-34, 2019.

KAMEN, Henry. The Economic and Social Consequences of the Thirty Years' War. Past & Present, n. 39, p. 44-61, 1968.

KENNEDY, Paul. Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000. London & Sydney: Unwin Hyman, 1988.

KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012.

KWON, Roy. Hegemonies in the World-System: An Empirical Assessment of Hegemonic Sequences from the 16th to 20th Century. Sociological Perspectives, v. 54, n. 4, p. 593-617, 2011.

HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. World-Systems Analysis: Theory and Methodology. Beverly Hills, London & New Delhi: Sage, 1982.

MCNEILL, William. The Rise of the West: A History of the Human Community. 2ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

MCNEILL, J. R; MCNEILL, William. *The Human Web: a bird's-eye view of world history*. New York & London: W. W. Norton & Company, 2005.

MCNEILL, William. *The Pursuit of Power: Technology, Armed Force, and Society Since A.D. 1000*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

MOORE, Jason. *The Modern World-System as Environmental History? Ecology and the Rise of Capitalism*. *Theory and Society*, v. 32, n. 3, p. 307-377, 2003.

MOORE, Jason. *The End of the Road? Agricultural Revolutions in the Capitalist World-Ecology, 1450–2010*. *Journal of Agrarian Change*, v. 10, n. 3, p. 389–413, 2010.

MYRDAL, Janken. *Food, War, and Crisis: The seventeenth century Swedish empire*. In: HORNBERG, Alf; MCNEILL, J.; MARTINEZ-ALIER, J. (eds.). *Rethinking Environmental History: World-System History and Global Environmental Change*. Lanham, New York, Toronto & Plymouth: Altamira Press, 2007.

PARKER, Geoffrey. *Global Crisis: War, Climate Change and Catastrophe in the Seventeenth Century*. New Haven and London: Yale University Press, 2013. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_inseguranca_alimentar.pdf.

SCANLAN, Stephen. *Hunger and the Political Economy of the World Food System*. In: BABONES, Salvatore; CHASE-DUNN, Christopher (eds.). *Routledge Handbook of World-Systems Analysis*. London & New York: Routledge, 2012.

VIEIRA, Clarice. *A Guerra dos Trinta Anos e a “Paz de Westfália” de 1648*. In: FIORI, José Luís (org.). *Sobre a Paz*. Petrópolis: Vozes, 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. 2ª ed. Berkeley, London & New York: University of California Press, 2011a.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. 2ª ed. Berkeley, London & New York: University of California Press, 2011b.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis*. *Comparative Studies in Society and History*, v. 16, n. 4, p. 387-415, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-System Analysis: An Introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.

Recebido em 04 de março de 2022.

Aceito para publicação em 09 de maio de 2022.